

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1010502-44.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **FERREIRA E CERRI SOFTWARE LTDA ME**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

FERREIRA E CERRI SOFTWARE LTDA ME ajuizou ação contra TELEFÔNICA BRASIL S/A, alegando, em suma, que contratou a prestação de serviços de telefonia que compreendia o fornecimento de um aparelho iPhone, para pagamento em vinte e quatro parcelas mensais de R\$ 52,00, e parcelas mensais de R\$ 181,80 pelo plano de telefonia, com isenção no pagamento da segunda e terceira parcelas, de R\$ 360,00, surpreendendo-se depois com a cobrança global de R\$ 1.248,00 pelo aparelho, erro não corrigido, malgrado as tentativas efetuadas, crescendo-se o fato da interrupção da prestação do serviço. Impelida pela necessidade de restabelecimento do serviço, pagou a conta, embora indevida. Pretende o cancelamento da cobrança ilícita, a devolução em dobro do valor cobrado e a manutenção dos serviços, com isenção do pagamento da segunda e terceira prestações, além de indenização material e moral.

Citada, a ré contestou o pedido, alegando que não constou em seu sistema o parcelamento do preço do aparelho, por isso cobrado em prestação única, inexistindo malícia na cobrança, pelo injustificável a pretensão ao reembolso dobrado, bem assim o pedido indenizatório por dano moral, à falta de constrangimento, cujo valor, se deferido, deverá ser arbitramento moderadamente.

Manifestou-se a autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

É dispensável discutir a incidência ou não do Código de Defesa do Consumidor, pois a aplicação de suas regras não modifica o resultado da lide.

É incontroverso que houve a contratação do serviço, nas bases informadas pela autora na petição inicial, e que o preço do aparelho iPhone seria cobrado em vinte e quatro prestações mensais, cada qual de R\$ 52,00, e não em prestação única, fato admitido na contestação.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

No entanto, o preço do aparelho foi cobrado em prestação única, sob a justificativa da ré, de que *não constou em seu sistema operacional o parcelamento do aparelho* (fls. 57). Essa justificativa exclui a hipótese de má-fé na cobrança e afasta a pretensão de devolução em dobro, admitida a devolução do valor simples, corrigido monetariamente. Mas não exclui a responsabilidade pelas consequências da interrupção indevida da utilização do serviço de telefonia.

A autora teve o serviço de telefonia interrompido, pela falta de pagamento dessa fatura cujo valor estava errado. Pagou, para obter o restabelecimento do serviço, e será restituída do montante indevidamente cobrado.

"A pessoa jurídica pode sofrer dano moral" (Súmula 227 do E. Superior Tribunal de Justiça).

Reputa-se inafastável a indenização pelo dano moral decorrente da interrupção indevida do serviço, que torna a usuária incomunicável, configurando falha do próprio serviço.

Tal qual o precedente: "Inegável o dano moral sofrido por escritório de advocacia que, sem o serviço de telefonia, fica impossibilitado de se comunicar com seus clientes, ocasionando reclamações destes por sua inacessibilidade, além de ter sua imagem afetada perante o mercado. - A quantificação do dano moral deve pautar-se pela razoabilidade, envolvendo o caráter repressivo de novas ofensas, por parte do agressor, e o caráter compensatório à vítima, razão pela qual a indenização dos danos morais deve ser adequada às circunstâncias do caso sob exame, considerando ainda a situação socioeconômica das partes" (TJSP, Apelação 0218013-45.2009.8.26.0100, Rel. Des. Lino Machado, j. 08.04.2015).

AÇÃO INDENIZATÓRIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - Cobrança de valores indevidos - Interrupção do serviço - Danos morais devidamente caracterizados Redução da verba arbitrada a título de danos morais - Descabimento - Indenização no valor de R\$ 5.000,00 que se mostra adequada para sanar de forma justa a lide. Reforma parcial do julgado, apenas para alterar o termo inicial de incidência da correção monetária, que deve se dar a partir do arbitramento da verba indenizatória em Primeiro Grau Súmula 362 do STJ - Recurso da ré parcialmente provido (TJSP, Apelação Cível nº 0002809-43.2013.8.26.0604, Rel. Des. Hugo Crepaldi, j. 19.03.2015).

Sem produzir enriquecimento indevido, a quantificação do dano moral deve pautar-se por critério de razoabilidade, entregando-se à vítima valor capaz de minimizar o constrangimento e de punir o ofensor. No caso concreto, restrito o constrangimento indevido à impossibilidade de utilização do serviço de telefonia por curto espaço de tempo e ao constrangimento de pagar valor indevido, para restabelecimento do serviço, é razoável fixar o valor em R\$ 6.000,00.

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, acolho em parte o pedido e condeno a ré a devolver para a autora a importância de R\$ 1.196,00, com correção monetária desde a data do pagamento e juros moratórios contados da época da citação inicial, sem prejuízo de cobrança, mês a mês, do valor efetivamente devido, de R\$ 52,00, pelas prestações mensais do aparelho iPhone, bem como ao pagamento, a título indenizatório, do valor de R\$ 6.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios à taxa legal, desde a data da citação inicial.

É dispensável a apresentação do contrato de prestação de serviços, pois o instrumento em si é desnecessário, comprovado que já ficou o vínculo.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação, compensado com igual porcentagem incidente sobre o valor atualizado do qual a autora decaiu

P.R.I.C.

São Carlos, 20 de abril de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA